

OFÍCIO Nº/Nº ORIGEMPROC. 018697/12-7Nº FOLHAS
2(SCCO) - SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOSINTERESSADOPROJETO ASSUNTOENCAMINHA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ADESÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA-PML, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT.

TRAMITAÇÃO								
DE	PARA	DATA			DE	PARA	DATA	
1) SEPROT	SCCO	03	07	2012			/	/
	SCCO	/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
		/	/				/	/
(PA011200) EMITIDO/EM:03/07/2012-10:02:38HS.-PAULA ALVES MONTEIRO							/	/

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

DIRETORIA GERAL ADJUNTA
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 03 de julho de 2012.

SENADO 018697/12-7



1018697127

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa – PML, da Câmara Municipal de:

BARRA DO GARÇAS - MT.

Atenciosamente,

CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE
Diretor da Subsecretaria de Administração

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
Chefe do SEPROT
Senado Federal

ESPANHOLEKAEJ
AUTUADO CCM 02 FLS
ASS. Micaela



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos
ENVIE PELO CORREIO: Programa Interlegis II - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal
Brasília/DF - CEP: 70-165-900
Central de Atendimento: (61) 3311-2556

Tipo de Casa: Assembléia Legislativa Câmara Municipal Qtd. Parlamentares: 10

Nome da Casa: Câmara Municipal de B. do Gargás

Endereço: Rua: Mato Grosso, 617 Centro

Cidade: B. do Gargás UF: MT CEP: 78600-000

Telefones: 66 3401-2484 FAX: 16613401-2484

E-mail: camara06@gmail.com

Homepage:

CNPJ: 15 051 469-0001-27

Identificação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar: Julio Cesar Gomes dos Santos

Nome Parlamentar: Julio Cesar G. dos Santos Partido: PSD B

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início: 2009 Fim: 2012

Aniversário (dia/mês/ano): 13/04/80 Sexo: masculino

Telefones: 66 9988-1117 FAX:

E-mail:

Homepage:

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

B. do Gargás, 12/06/2012
Local e data

Assinatura do Presidente

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
AUTUADO COM 02 FLS
ASS. Priscilla



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO
GARÇAS - MT NO PROGRAMA
INTERLEGIS / PROJETO DE
MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML.

CONVÊNIO: MT Nº 280 / INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Rua Mato Grosso, nº 617 - Centro - BARRA DO GARÇAS - MT – CEP: 78.600-000, CNPJ: 15.051.469/0001-27 Representada por seu Presidente, Vereador JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenentes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenentes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML - com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade - ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.

Assinaturas manuscritas em azul e o número 6 no canto inferior direito.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 04 de Julho de 2012.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de
BARRA DO GARÇAS - MT

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT
(carimbo)

15.051.469/0001-27
Câmara Municipal de Barra do
Garças
Rua Mato Grosso, 47
Cep. 78.300
Barra do Garças - MT.

Testemunhas:

Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativo
Portaria 14/1998

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos



ANEXO I
Plano de Trabalho
Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal - SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de "moderno" ou "padrão" para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I - Infra-estrutura implantada, nível II - E-legislativo implantado, nível III - E - legislativo integrado e nível IV - Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade - Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;



- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;
- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de BARRA DO GARÇAS - MT poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

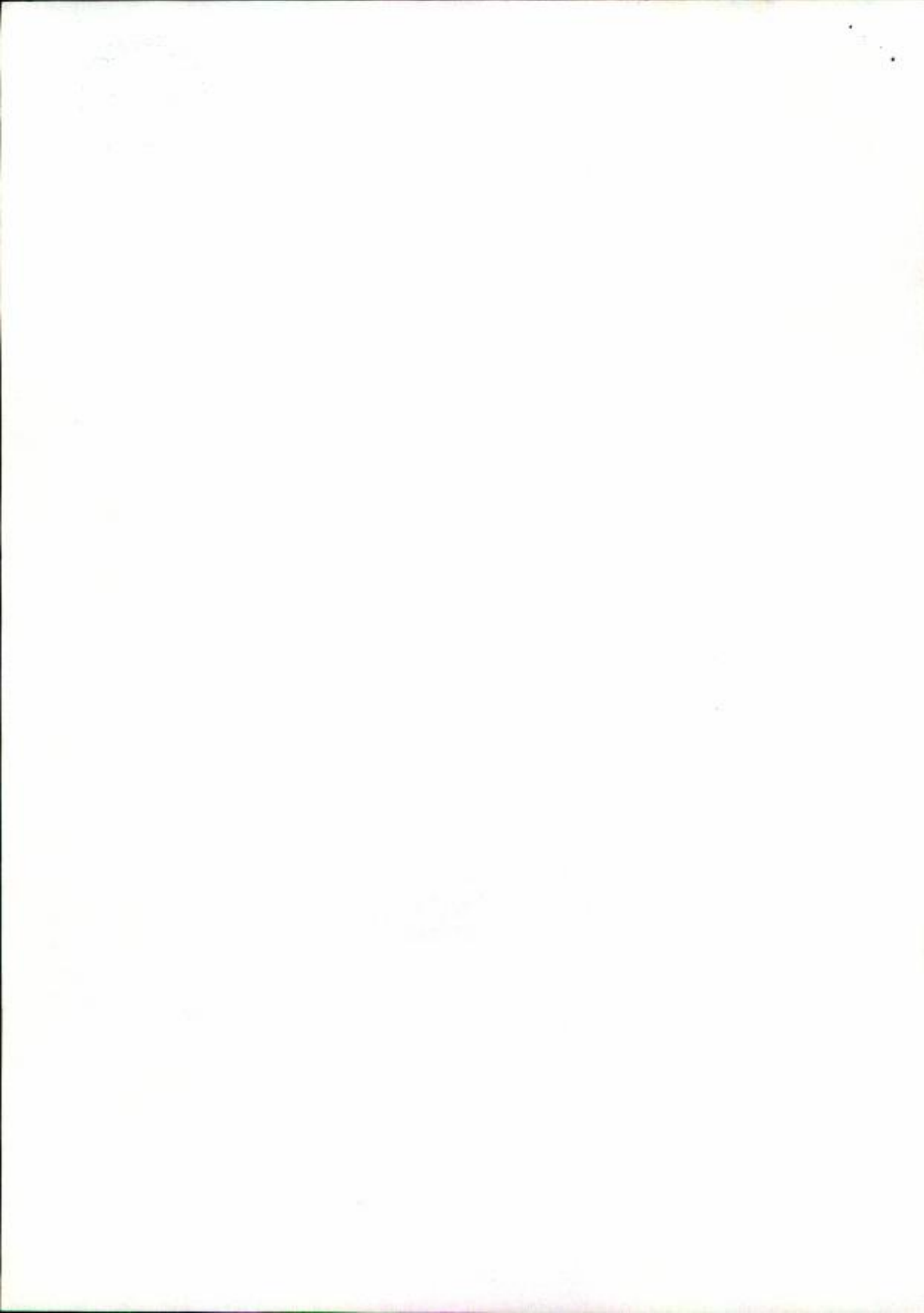
7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER







Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 05 de julho de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS**
Presidente da Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER



SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 013.140/12-1. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação. Objeto: contratação de serviços odontológicos para o Senado Vitorino Alves, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor do CIPRO - Centro Integrado de Prevenção e Reabilitação. Fundamentação legal: caput, do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Reconhecido por Walder Ribeiro Vianna Júnior, Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal e substituído por Daria Mariza Rezende Pereira, Diretora-Geral do Senado Federal.

RETIIFICAÇÃO

No D.O.U. de dia 29/06/2012, página 247, seção 3, EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Processo Nº 013.207/12-6, onde se lê: "no valor total de R\$ 8.574,00 (oito mil e quinhentos e setenta e quatro reais)", ler-se: "no valor total de R\$ 8.754,00 (oito mil e setecentos e cinquenta e quatro reais)". As demais informações permaneceram inalteradas.

1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPECIE: Convênio nº: MS - 283/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de NOVA ANDRADINA - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador DARIO HONORIO, Presidente da Câmara Municipal de JUNTA NOVA - MS.

ESPECIE: Convênio nº: MS - 286/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de NOVA ANDRADINA - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador ADRIANO FALDOPOLI, Presidente da Câmara Municipal de NOVA ANDRADINA - MS.

ESPECIE: Convênio nº: MS - 283/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de DOURADOS - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador IDENOR MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de DOURADOS - MS.

ESPECIE: Convênio nº: MT - 289/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT.

ESPECIE: Convênio nº: PA - 286/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CASTANHAL - PA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador NIVAL SETUBAL NORONHA, Presidente da Câmara Municipal de CASTANHAL - PA.

ESPECIE: Convênio nº: SP - 280/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CAMPINAS - SP. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador TIBAGO DE MORAES FERRAZ, Presidente da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP.

ESPECIE: Convênio nº: BA - 281/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de AMAR-GOSA - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador ANTONIO CLOVIS ANDRADE SAMPAO, Presidente da Câmara Municipal de AMAR-GOSA - BA.

ESPECIE: Convênio nº: BA - 281/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Orgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de AMAR-GOSA - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excmo. Sr. Senador Cleone Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador ANTONIO CLOVIS ANDRADE SAMPAO, Presidente da Câmara Municipal de AMAR-GOSA - BA.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato n. 100/2009 celebrado entre o STF e a empresa Diágnosis Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo 330.533). Objeto: Alteração dos serviços de limpeza particulares do STF. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 04/07/2012. Assinatura: Pelo STF: Sr. Alcides Dantas da Silva - Diretor-Geral, pelo Convênioado, Sr. Edivan Martins de Almeida.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 652012

O Pregão do STF consistiu que no Pregão Eletrônico nº 652012 - Contratação de empresa para prestação de serviços de processamento de roupas de serviço de saúde (lavandaria hospitalar) - declarou vencedor a empresa LAVANDERIA CIRURGICA LTDA, Brasília 04 de julho de 2012.

MARKELLO DOS SANTOS LOPES

(SIDEC - 04/07/2012) 040001-00001-2012NE000012

PREGÃO Nº 702012

A Pregão do STF consistiu que no Pregão Eletrônico nº 702012 - Contratação de empresa para prestação de serviços de contabilidade para o Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais da Suprema Tribunal Federal - STFMad - o Diretor-Geral do Sistema, com Realização no parecer da Assessoria Jurídica, decidiu contratar o recurso inscrito pela empresa S2MAS MARCONI DE OLIVEIRA GOMES, e ao merito negar-lhe provimento. Assim, declarou vencedor da empresa a empresa PF CONTABIL LTDA. ME.

VIRGINIA DE OLIVEIRA DANTAS

(SIDEC - 04/07/2012) 040001-00001-2012NE000012

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Supremo Tribunal Federal torna público o Aviso de Registro de Preços, resultado do Pregão Eletrônico n. 65/2012, conforme Ata de Registro de Preços n. 14/2012 e Processo Administrativo 346.130. Objeto: Adquirição de peças para impressoras HP e Lexmark. Vão Lazer Bookbinders e Services de Informática Ltda. - ME; CNPJ: 11.623.680/0001-36; Item 1, 2, 3, 7, 18, 19, 21, 22 e 23. Valor: R\$ 49.061,39. Assinatura: 04/07/2012.

ANDERSON VIDAL CORRÊA

Secretário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Conselho Nacional de Justiça torna público o Aviso de Registro de Preços, resultado do Pregão Eletrônico n. 14/2012, conforme Ata de Registro de Preços n. 17/2012 e Processo Administrativo 346.130. Objeto: serviço de transporte rodoviário local de carga. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Ror do Otono Madureira e Transportes Ltda. CNPJ: 03.781.251/0001-20. Item 1. Valor: R\$ 99.000,00. Data de Assinatura: 27/2012. Vigência: 27/2012. Signatário: pelo CNJ, Miguel Araújo Feres dos Campos - Diretor-Geral; pelo Fornecedor, Everson Jago Azeites da Costa - Sócios-Gerentes.

MIGUEL AUGUSTO FERREIRA DE CAMPOS

Diretor-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 592012 - UASG 070001

Nº Processo: 25269201. Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços, em todo o território nacional, de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, em atendimento individual com benefício previdenciário, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, aos beneficiários regularmente inscritos no Tribunal Superior Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, condições e preços constantes no Termo de Referência - Anexo I deste edital. Total de Itens Licitados: 00046. Edital: 05/07/2012 de 08h00 às 12h30 e de 13h às 17h30. Pregão: Suf Sul Q. 07 Lotes 1 e 2 - 4º Andar BRASÍLIA - DF. Entrega dos Propósitos: a partir de 05/07/2012 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/07/2012 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme edital.

(SIDEC - 04/07/2012) 070001-00001-2012NE000004

PREGÃO Nº 602012 - UASG 070001

Nº Processo: 58422012. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de impressoras para impressoras laser Canon, conforme especificações, condições, quantidades e preços constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Total de Itens Licitados: 00015. Edital: 05/07/2012 de 08h00 às 12h30 e de 13h às 17h30. Entrega: Suf Sul Q. 07 Lotes 1 e 2 - 4º Andar BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/07/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/07/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme edital.

LILLIAN ZEIDAN DE OLIVEIRA

Pregadora

(SIDEC - 04/07/2012) 070001-00001-2012NE000004

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
E FINANCEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No processo nº 15.884201. Objeto: Contratação do Programa Motor Aprendiz. Contratada: Centro Sulamericano do Motor - Indústria São João Bosco. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 1.262.486,39 (um milhão duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos). Reconhecimento de Dispensa em 27/2012, por Washington Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Administração, Brasília; em 27/2012, por Alcides Dantas da Silva, Diretor-Geral.

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHOS

Nota de Empenho Ordinária nº 2012NE001315, emitida em 27/2012. FAVORECIDO: Rio das Antilhas Condens e Indústria de Tapetes Ltda. OBJETO: Aquisição de tapetes. VALOR: R\$ 23.444,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8113/90. PA: 13873/2011.

Nota de Empenho Ordinária nº 2012NE001317, emitida em 27/2012. FAVORECIDO: Quilomes Laboratório Químico Ltda. OBJETO: Serviço de coleta e análise físico-química e bacteriológica de efluente de água. VALOR: R\$ 410,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8112/90. PA: 9945/2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 702012

Comunicar o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORAS: Sigefixes Comercial Ltda-EPP, Item 57, 58, 59 e 60: Start Up Suprimentos de Informática Ltda. - ME, Item 51, Infonova Ferramentas e Automação Ltda., Item 4 e 5; Fijal Comércio e Importação de Arquivos para Plaqueta, Item 2, 7, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 31, 33, 45, 48, 53, 52, 62; Petros Plaqueta, Me., Item 11 e 41; Ativa Bib Informatica, Eletrônica e Papelaria Ltda. EPP, Item 8, 9 e 10; Instituto e Comércio de Material para Escritório Perif Ltda, Item 18, 19, 20, 28, 44 e 51; 90M Comércio de Papelaria e Informática Ltda-EPP, Item 6, 21, 26, 47, 48, 53, 54, 55, 56; 2J Comércio de Utilidades Ltda, Item 3, 27, 29, 34, 35, 36, 37; Printe Produtos para Limpeza e Descartáveis Ltda., Item 15 e 16; Rio Branco Comércio e Indústria de Papelaria Ltda., Item 61; Marcos Assafio Galvão, Item 38. Item 56: Item 1, 22, 28, 30, 33, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 56 e 67.

RAICHIEL BREGMARTNER ALENCAR

Pregadora

(SIDEC - 04/07/2012) 050001-02012-2012NE000002